

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
2 Social de Santos – CMAS, realizada no dia 0 de junho de 2016, na sede da
3 Casa de Participação Comunitária, situada a Avenida Rei Alberto I, n 119 –
4 Santos/SP, com a presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas
5 constam na lista em anexo que faz parte integrante desta ata. O sra. Flávia
6 Valentino, vice-presidente vai presidir a reunião, pois o sr. Leandro Lapetina
7 Freire, Presidente deste Conselho, está participando do Capacita-SUAS na
8 cidade de Santo André, representando a SEAS. **Item 1) Apreciação das Atas**
9 **de 05/04 e 03/05** – Alguma sugestão ou colaboração? Solicitação que a
10 apreciação da ATA seja realizada antes, pois demanda muito tempo a leitura
11 durante a reunião. Aprovada as ATAS. **Item 2) Reclassificação do Serviço da**
12 **Associação SOS Idosos** – A instituição foi primeiramente inscrita como
13 serviço de proteção básica no domicílio para Idoso, pois na época não havia as
14 resoluções complementares, de Inserção ao Mundo do Trabalho, Habilitação e
15 Reabilitação, Assessoramento e Defesa de Garantia de Direito. Tínhamos
16 somente a tipificação e essa denominação era a que mais se aproximava do
17 serviço executado. Durante a análise das revalidações dos processos a equipe
18 técnica da diretoria executiva, entendeu que com a resolução de Inserção ao
19 Mundo do Trabalho, o serviço executado cabe mais para essa denominação.
20 Trouxemos hoje com o aval da diretoria executiva, que o registro da SOS
21 Idosos passa a ser Inserção ao Mundo do Trabalho. Publicaremos uma nova
22 resolução normativa com a devida alteração e para ciência de todos. A
23 colaboradora, Luci Freitas, solicita que seja colocado o número da resolução
24 que é a 33 do Conselho Nacional da Assistência Social. A Sra. Flávia está
25 deixando a disposição 20 kits para explicar como é realizado o trabalho e fazer
26 a divulgação. Informa que formaram 14 turmas, com 480 pessoas, formadas
27 como cuidadores da pessoa idosa. Foram 4 turmas patrocinadas pela
28 Petrobras e 2 turmas patrocinadas pela Secretaria dos Direitos Humanos da
29 Presidência da República. O curso tem duração de 6 meses, aulas 2 vezes por
30 semana, 13 módulos, certificação de curso livre e é gratuito. As vagas são
31 disponibilizadas aos CRAS, CREAS e as restantes divulgadas através do
32 Diário Oficial. **ITEM 3) Apresentação da participação do Encontro Macro**
33 **Regional de Orientações aos Conselhos Municipais de Assistência Social**
34 **do Conselho Estadual da Assistência Social:** aconteceu no dia 18 de maio
35 das 8 as 17h na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Tema
36 principal, O papel do conselho e dos conselheiros no controle social do SUAS,
37 nós fizemos uma apresentação tanto do Conseas como do Congemas. Devido
38 a incompatibilidade hoje vamos fazer os apontamentos e junto com o material
39 disponibilizado depois passar para os Conselheiros. O primeiro tema
40 apresentado no CONSEAS foi O Índice de desenvolvimento dos conselhos,
41 quem apresentou foi o Sr. Vinicius, psicólogo, conselheiro estadual,
42 representante dos trabalhadores pela cidade de Taubaté pelo capacita-suas.
43 Apresentou de forma geral os dados do censo Suas 2014, é um monitoramento
44 que o Conselho Nacional e o MDS realizam para analisar a situação de cada
45 município do país, voltado para a Política de Assistência Social. Os dados

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

46 tiveram o recorte da nossa macro região da Drads que a baixada santista
47 pertence. Destaca que os dados devem ser de conhecimento de todos os
48 conselhos, que deverão analisar e verificar o que pode ser feito. É uma leitura
49 sobre como estão implantados esses conselhos, o funcionamento, o que os
50 municípios necessitam para fortalecer os conselhos. Em um primeiro momento
51 foi disponibilizada a avaliação do ID CRAS que foi implantado em 2008, depois
52 do ID CREAS implantado em 2014, junto com o ID Conselho com previsão
53 futura de alcance para os Centros Pop, unidades de acolhimento e dos centros
54 de convivência. O ID Conselho é calculado em 3 dimensões, avaliam a
55 estrutura física, a composição e a dinâmica de funcionamento e para cada uma
56 delas se atribui um conceito, sendo de 1 a 5. O conceito 1 é o mais distante do
57 padrão esperado e o 5 é o mais próximo, a partir de todos os critérios que são
58 pactuados por município. Em 2014 nesse censo, do total de 645 municípios,
59 598 responderam o censo. O mapa com a realidade de cada município destaca
60 o grande número de conceito 1 no Estado de São Paulo, o que chama muito a
61 atenção por ser o Estado mais desenvolvido do país. Todos possuem
62 conselhos, o que não falta são os critérios pactuados e não tem secretaria
63 executiva exclusiva, o município de pequeno porte 1 e 2 pode ter a secretária
64 compartilhada, sendo funcionária da Secretaria e exerce meio período no
65 controle social. Os de grande porte só pode ter a secretária executiva exclusiva
66 do conselho. O problema maior apresenta-se na estrutura física e na
67 composição do conselho. Aponta como mais urgente que os órgãos
68 responsáveis estão atuando nesses 2 itens. O material está disponível no
69 MDS. O segundo tema abordado foi O papel do Conselho, dos Conselheiros e
70 da Secretaria Executiva no Controle Social, com apresentação do Sr. Wagner
71 Santana, historiador de formação e conselheiro estadual pelas entidades, faz
72 parte da Colping do Brasil e Instituto Ronald MC Donalds. Fez uma
73 retrospectiva dos conselhos desde a criação e a fundação. Destaca a
74 importância dos Conselheiros se apropriarem dos temas, uma vez que
75 discutem e formulam as Políticas Públicas, principalmente da Assistência
76 Social. Traz a importância de todo usuário conhecer o SUAS (Sistema Único
77 de Assistência Social), que é uma das metas do plano decenal. Também faz
78 uma retrospectiva das principais legislações que todos devem conhecer,
79 principalmente os conselheiros, a Constituição Federal de 1988, a LOAS,
80 resoluções do Conselho Nacional e a legislação Municipal. Destaca conhecer o
81 processo histórico da Assistência Social para entender seu papel e o papel da
82 Política implantada em 2004. As principais funções que o conselheiro tem que
83 executar, que a plenária tem que propor, discutir, votar, aprovar e deliberar as
84 matérias pertinentes. O presidente e o vice, aprovam as comissões temáticas,
85 designando seus membros, plenária composta pelos conselheiros tutelares e
86 suplentes nomeados e aos devidos convidados. A presidência convoca e
87 preside as reuniões de acordo com o regimento interno e pode ser composta
88 por representante governamental ou não. A Secretária Executiva, organiza e
89 secretaria as reuniões, executa as atividades técnicas e administrativas,
90 promove a publicação de resoluções, ordem de serviço, expediente de

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

91 deliberação do conselho, promove o registro, expedição de todos os processos
92 e documentos. As Comissões discutem, opinam e realizam proposições sobre
93 a temática específica a qual se refere, elabora pareceres, estudos e relatórios a
94 serem apreciados e aprovados em assembleia, poderão ser convidados a
95 participar dessas comissões, técnicos, representantes da sociedade civil e de
96 órgãos públicos. O terceiro tema abordado foi A elaboração do plano de ação
97 do conselho e das comissões temáticas. O próprio Vagner destaca a
98 importância do Conselho ter seu plano de ação, assim como as comissões
99 temáticas, que no nosso conselho não possuem, o presidente já indicou que
100 vai solicitar a coordenação de cada comissão que para o segundo semestre
101 seja providenciado o plano de ação, como modelo apresenta o do Conseas
102 que acabou de ser elaborado, informa a necessidade de publicar resolução
103 normativa com a composição das comissões o que também ainda não
104 realizamos, mas passaremos a fazer. O quarto tema abordado foi Elaboração
105 do Plano de Ação para utilização dos recursos do IGD, SUAS e IGD Bolsa
106 Família. O Vagner apresenta o modelo do CONSEAS. Esse conselho já possui
107 o plano de ação do IGD e destaca a necessidade da publicação de uma
108 resolução com saldo programado. Neste conselho o saldo programado é
109 sempre apresentado no final do ano, mas não fazemos a resolução normativa,
110 o que vamos adotar a partir desse final e ano. Com isso encerra-se o trabalho.
111 Algum apontamento? **Item 4) Apresentação e Participação do 18º Encontro**
112 **Nacional do CONGEMAS – Plano Decenal concretizando o Pacto**
113 **Federativo.** Presentes neste encontro: Leandro, Flávia, Adriana e Taina.
114 Foram realizados 17 mini cursos, entre esses ainda havia mini sub cursos,
115 cada participante ficou em um grupo. Informamos que nossas pontuações e
116 toda a apresentação oferecida pelo CONGEMAS vamos elaborar em CD e
117 distribuir para os conselheiros na próxima assembleia e aos demais
118 interessados o material fica disponível neste conselho. Adriana relata que o
119 encontro ocorreu entre os dias 23, 24 e 25/05 no Espaço Ulysses Guimarães
120 em Brasília. O Encontro Nacional do Colegiado de Gestores Municipais de
121 Assistência Social teve início na manhã do dia 23/05 com a apresentação dos
122 mini cursos, que trataram, entre outros assuntos sobre o SUAS com foco no
123 tema do evento, com representantes do Ministério do Desenvolvimento e
124 Combate a Fome e professores universitários. O primeiro mini curso pontuado
125 foi “Impacto do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no
126 SUAS”, lei 13.019. Foi assistido pela Sra. Flávia. O primeiro ponto foi
127 considerar a especificidade da Política de Assistência Social no parâmetro da
128 aplicação da lei, segundo ponto ter o chamamento público como regra geral,
129 inclusive para os serviços de natureza continuada no âmbito da Assistência
130 Social regulamentado no SUAS, terceiro ponto, considerar a territorialidade
131 como critério relevante para as parcerias, quarto ponto, prever a hipótese de
132 dispensa de chamamento público quando a substituição da parceria é mais
133 gravosa ao usuário, pode até ocorrer a dispensa, desde que esteja cadastrada
134 no Cneas, inscrita no CMAS e não precisa ter o CEBAS, quinto ponto, permite
135 celebração de parcerias com o colegiado de gestores, sexto ponto prevê

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

136 prestação de contas simplificadas para a parceria no âmbito do SUAS, ponto
137 ste aproximar as regras de prestação de contas aos parâmetros estabelecidos
138 no âmbito do SUAS, ponto 8 definir regra de transição para garantir a
139 continuidade das parcerias em curso. A data para a lei entrar em vigor no
140 município é em 01 de janeiro de 2017. Conhecer essa lei é fazer toda uma
141 reconstrução de todas as legislações que temos e como se comunicam entre
142 si. Destacaram também o Decreto 8726 de abril de 2016 que regulamenta a lei.
143 Informaram que dos cadastros do Cneas 2.414 municípios foram inscritos em
144 201, com 17.420 inscrição de entidades. Atualmente tivemos 2.627 municípios
145 e 18.651 inscrição de entidades. Lembrando que o preenchimento do
146 cadastro do Cneas compete somente ao órgão gestor. O Sr. Rodrigo informa
147 que as entidades conveniadas com a SEAS já estão com cadastro no Cneas e
148 que esse ano está sendo adequando as visitas feitas pelas câmaras. Há uma
149 expectativa de redesenhar o Cneas, pois o segmento Defesa e Garantia dos
150 Direitos e Assessoramento não estão contemplando as perguntas do cadastro.
151 A lei do Marco Regulatório existe em três termos. Primeiro o fomento, quando o
152 interesse é da sociedade civil. Segundo a colaboração, quando o interesse é
153 do gestor e terceiro, quando não envolve dinheiro. Teremos os modelos desses
154 termos e do acordo disponibilizado pelo site do CONSEAS. O Sr. Rodrigo
155 relembra que em Santos existe um grupo de trabalho para discutir a lei e que
156 deverá ser apresentado aos conselhos a partir do mês de julho. A Sra Flávia
157 deu continuidade a apresentação, pontuando a importância do artigo 30 dessa
158 lei que trata da hipótese de dispensa e o artigo 31 que trata da inegibilidade.
159 Informa que foi criado o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, ligado
160 ao Ministério do Planejamento. O segundo mini curso foi acompanhado pelo
161 Sr. Leandro, tratou sobre "As Orientações para Elaboração dos Planos
162 Decenais Municipais, apresentado pela Dra. Heleonora da Universidade
163 Federal de Minas Gerais e pela Sra. Ana Carolina Souza representante do
164 MDS. Foi pontuado que só acontece se os municípios estiverem
165 comprometidos com a implantação e efetivação deste plano. Foi estruturado
166 em quatro eixos. O primeiro que é planejamento estratégico, o segundo como
167 foi elaborado o 2º plano decenal federal, que já foi aprovado, o terceiro como
168 elaborar o plano decenal principal e o quarto a relação dos planos com o pacto
169 de aprimoramento. O planejamento é uma das funções dos gestores, o mesmo
170 precede, condiciona e orienta as escolhas das Políticas Públicas e ações
171 estatais. A ação estratégica prevê a participação de diferentes agentes,
172 recursos e articulação, deve considerar a dinâmica da realidade, as incertezas
173 e pretende mudanças na realidade identificada. O Planejamento Estratégico
174 Situacional, prevê quatro passos. O Explicativo, ou seja, o diagnóstico com a
175 seleção dos problemas e explicações, a construção das causalidades,
176 definição dos nós críticos e a descrição desses nós. O Normativo, desenho do
177 plano de intervenção que é prescritivo, plano de intervenção, descrição da
178 atuação. O Objetivo, definição das propostas de intervenção. O Tático
179 operacional, gestão do plano, prioridades focadas, prestação de contas e
180 responsabilização. Foi apresentado na oportunidade o plano aprovado decenal

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

181 nacional, cuja vigência é de 2016 à 2026, suas questões centrais são a
182 universalização com atenção e diversidade de público e territórios, o
183 aprimoramento do SUAS, a qualificação de ofertas, gestão de trabalho,
184 vigilância socioassistencial, pacto federativo, a integração entre serviços e
185 benefícios, a ampliação do acesso a benefícios e fortalecimento da gestão de
186 benefícios no SUAS, o incremento da intersetorialidade e o fortalecimento do
187 controle social e da participação social. O plano decenal municipal deve ter a
188 seguinte estrutura, apresentação geral do plano, a finalidade, onde se quer
189 chegar e o diagnóstico da conjuntura atual do município e da Assistência
190 Social, assim como das prospecções de futuras diretrizes e objetivos
191 estratégicos, metas e monitoramento de avaliação. Deve-se considerar as
192 diretrizes da LOAS, PNAS e da NOB/SUAS, as deliberações de conferência,
193 deliberações do CMAS. As diretrizes devem ser uma orientação geral que
194 indicam os caminhos que se pretende seguir para a finalidade do plano. Os
195 Objetivos devem indicar os fins/resultados que se pretende alcançar, as metas,
196 a expressão mensurável, os objetivos e os indicadores dos critérios de
197 medição que possibilitam monitorar e avaliar o comportamento e a dinâmica ,
198 as variáveis consideradas relevantes para a verificação do alcance das metas
199 e objetivos. O terceiro mini curso foi assistido pela Adriana Lopes e teve como
200 tema “Assistência Social, o Mundo do Trabalho e a Proteção Social”, foi
201 ministrado pelas professoras doutoras Abigail Torres da PUC/SP e Domitila
202 Peixoto, analista de políticas sociais da secretaria nacional de assistência
203 social. Inicialmente pontuou os direitos sociais previstos na Constituição de
204 1988 e os setores responsáveis pela consolidação desses direitos. Relata que
205 a partir da promulgação da PNAS de 2004 nós estamos diante do desafio de
206 construir o lugar próprio da Assistência Social, visto que a mesma é de certa
207 indefinição de lugar e responsabilidade, nessa direção destaca que a Política
208 do Trabalho e de Assistência não são a mesma coisa. Aponta que deve ser
209 respeitado o conceito de gradualidade da implantação da Política Pública de
210 Assistência Social. A proteção social que é a ação primeira da nossa política é
211 garantir o acesso à renda. Outro ponto é a urgência do fortalecimento da
212 vigilância socioassistencial, que é a responsável por toda análise do território.
213 A assistência social faz essa articulação, o meio de circular o que é de direito,
214 de forma competente. As responsabilidades devem ser compartilhadas, a
215 assistência social tem que ser vista como moderadora das Políticas e não
216 como executora e o olhar deve ser como um todo para o indivíduo, não
217 simplesmente de encaminhá-lo para o trabalho. Deve-se por toda uma análise
218 mediar essa situação junto a política que vai efetivar os direitos dos usuários
219 para que possam sair da situação de vulnerabilidade. Alguma dúvida? O quarto
220 mini curso foi assistido pela Sra. Taina com o tema “A gestão do trabalho no
221 SUAS”, a palestrante foi a Monica Alves Silva, analista de políticas sociais do
222 MDS e trabalha na coordenação geral de gestão de trabalho no SUAS na
223 secretaria nacional de Assistência Social. Ministrou de forma bem genérica, foi
224 uma introdução ao tema, iniciou contextualizando a assistência social e como o
225 SUAS está atualmente, tudo que regula a Política de Assistência de modo

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

226 nacional. Trouxe nossos avanços, que as ações são planejadas, continuadas e
227 com a participação do controle social, da sociedade, temos uma política por
228 nível de complexidade. Focou bastante na valorização do trabalhador social,
229 pois ele é o agente da política pública. Somos 584.000 e 956 trabalhadores no
230 SUAS pelo país. Somos 326.000 aproximadamente de trabalhadores de
231 entidades e organização social e 258.000 trabalhadores na área
232 governamental (estatutários). Colocou que se crie nos municípios os núcleos
233 de educação permanente, que é um das principais frentes da gestão de
234 trabalho, que se possa organizar ações de capacitação e formação dos
235 trabalhadores para que tenha consciência da Política Nacional, pois somos
236 regidos por normas nacionais. Pontuou a importância das equipes de
237 referências para a continuidade do trabalho, vínculos efetivos no caso do poder
238 público com funcionários estatutários. Temos duas resoluções importantes do
239 CNAS que é a 17.211 e a NOB de 2014, que definem quais são os
240 profissionais que podem atuar nas equipes de referência. Apresentou um
241 documento importante para os gestores, o “Caderno de orientações técnicas
242 sobre os gastos nos pagamentos profissionais nas equipes de referências”.
243 Apontou também a importância da supervisão técnica nas equipes, que é
244 um momento para rever a rotina, as atuações dos profissionais, organizar o
245 serviço e também contextualizar dentro da Política. Apresentou os principais
246 desafios para a gestão no trabalho do SUAS, conseguir o planejamento de
247 nossas ações, que a gestão de trabalho esteja dentro desse planejamento,
248 que se consiga avaliar a NOB/RH, tendo as equipes completas nas unidades,
249 trabalho qualificado por meio de educação permanente. Basicamente que o
250 trabalhador do SUAS consiga definir os planos de carreira na Assistência
251 Social. Algum apontamento? No primeiro dia contou também com a
252 participação do painel Planos de Políticas Setoriais Decenais Interface com o
253 SUAS. No segundo dia foi realizado o Painel de Enfrentamento da Exclusão
254 Escolar: um olhar intersetorial para a garantia dos Direitos da Criança e do
255 Adolescente. Também foi apresentado o painel Plano decenal de 2016 à 2026
256 compromisso ético com o alcance de direitos socioassistenciais. No terceiro e
257 último dia foi apresentado o painel Plano Decenal Monitoramento e Avaliação.
258 O material já colocamos vai ser disponibilizado para todos os conselheiros por
259 meio de CD, com todos os apontamentos e a programação do GONGEMAS e
260 fica também a disposição neste Conselho aos demais interessados. **Item 5)**
261 **Revalidação da inscrições dos serviços com processos concluídos.** Até o
262 momento o Conselho conseguiu terminar os processos da Casa do Sol,
263 NAPNE, Fundação Lusíada e SOS Idosos. Adriana solicita que todos os
264 conselheiros da Comissão de Assistência Social se organizem para tentarmos
265 terminar este mês os processos. **Item 6) Relatos das Comissões Temáticas.**
266 - Comissão de Assistência Social: Fernanda Souza informa que se reuniram
267 em 25/05 com apenas 3 conselheiros, 2 participantes e 1 colaboradora.
268 Tínhamos 44 processos para análise o que não foi possível por diversos
269 motivos. Nessa condição conseguimos ver 3 processos, sendo os dois serviços
270 do 30 de Julho e agendada visita técnica. O Anália Franco que estava com a

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

271 documentação correta, mas o relatório não encontrava-se de acordo com a
272 formatação exigida pelo CMAS e o item 3 também não condizia com a
273 tipificação. A Casa da Criança, com a documentação correta, mas o relatório
274 não se encontrava de acordo com a formatação exigida pelo CMAS. Foi o que
275 conseguimos realizar. Fernanda Sousa ressalta que é necessário acordar o
276 horário de início da reunião, ou mudá-la para o período matutino. A Adriana
277 sugeriu, que pelo fato de não estarem presentes todos os conselheiros, que
278 seja enviada uma convocação à todos os conselheiros para a próxima reunião
279 no dia 22/06 às 14h e nesse momento verifica a disponibilidade para qualquer
280 alteração. Fernanda Sousa concorda com a sugestão. - Comissão de
281 Legislação: reuniu no mês de maio e estão reformulando a resolução de
282 inscrição neste conselho por orientação do Conselho Nacional. - Comissão de
283 Financiamento: não teve reunião, pois não havia pauta. - Comissão do
284 Programa Bolsa Família: ocorreu no dia 11/05 no Rádio Clube com a presença
285 de trabalhadores do território da saúde, educação e assistência social.
286 Discutimos detalhadamente casos de famílias em descumprimento de
287 condicionalidade do Programa, tiramos alguns encaminhamentos, como a
288 atenção do acompanhamento e preenchimento de infrequentes que são
289 lançados no Bolsa Família, para que quando a situação comporte, seja incluída
290 no SIPIA para envio ao Conselho Tutelar para que este órgão possa atuar junto
291 as famílias. Somente a Educação gera consequência no benefício da família.
292 **Item 7) Informes do Gestor.** O Sr. Rodrigo ressalta que o MDS assim como o
293 Estado também tem o preenchimento do Plano Municipal das ações para o ano
294 seguinte. O Plano de Ação para 2016 o órgão gestor está apresentando para o
295 Conselho para deliberar e dar parecer com prazo até dia 07 de julho. Ainda
296 temos uma Assembleia Geral Ordinária antes desse prazo (05 de julho). A
297 apresentação do Plano de Ação para o cofinanciamento do Governo Federal é
298 muito sintético. Aqui já é a versão em pdf não oficial, pois está para análise do
299 Conselho. Temos aqui a relação de todos os conselheiros com o mandato
300 vigente, os índices que estão postos para o município nesse momento, as
301 metas que estão previstas de acordo com o que está sendo desenvolvido,
302 temos meta factíveis. Temos também um desafio que surgiu no meio do
303 caminho, nesse processo recebemos a lista de averiguação das famílias do
304 Programa Bolsa Família e é a maior lista da história do Programa até hoje, são
305 3.800 famílias para terem seus cadastrados atualizados este ano, o que vai
306 trazer uma demanda muito maior de trabalho. A taxa de frequência escolar do
307 município já é alta e a meta se mantém. No acompanhamento da saúde foi de
308 64% para 70%. O IGDE/SUAS temos como previsão manter uma meta de
309 0,77% e de Execução Financeira chegar ao índice completo. Todas essas
310 previsões de atendimento são as mesmas que estão no Plano Municipal da
311 Assistência Social do Estado de São Paulo, para manter como documento
312 único de informações. O documento é de preenchimento obrigatório do órgão
313 gestor e que depende de parecer do Conselho Municipal para que se possa
314 continuar recebendo os recursos cofinanciados. Essa era a primeira
315 informação, quero aproveitar e dar o informe de algumas solicitações de

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

316 alterações de algumas entidades, pequenos itens do plano de ação que foi
317 aprovado com o recurso do Conselho. Nenhuma interfere no valor, na meta,
318 nos objetivos e na ação. Houve adequação na distribuição entre material de
319 limpeza e material de escritório no GALP, alterar material de limpeza e
320 alimentação no Lar Evangélico, alterar valores para incluir a previsão com
321 gastos de gás na residência inclusiva do 30 de Julho, foi adequado do recurso
322 do material de escritório. No caso da Vó Benedita foi adequado o material de
323 escritório para gastos com as concessionárias. Nenhum desses gastos supera
324 o valor de R\$800,00 por mês, ao final do ano não chega a R\$7000,00. Para
325 garantir a transparência queremos manter essas informações registradas.
326 Também temos a solicitação do Albergue Noturno de fazer uma alteração por
327 conta do dissídio. Eram esses os informes e trazer a público o Plano e de
328 apresentar as alterações. **Item 8) Informes do CMAS.** Recebemos por parte
329 da Secretaria o esclarecimento sobre o intérprete de LIBRAS, o processo teve
330 seu vencimento em 01 de Fevereiro de 2016, sendo necessária nova licitação.
331 Salienta-se que todo o processo demanda tempo, tanto que somente em 29 de
332 Abril de 2016 foi declarada a empresa vencedora Educa Libras Treinamento e
333 Desenvolvimento. O processo ainda está no Departamento de Licitações para
334 formalizar a minuta de contrato. O trâmite ainda está em andamento.
335 Recebemos também o Ofício 37/2016 formalizando a participação da
336 Conselheira Ana Cláudia Sabre em substituição à Mariliza Torres
337 representante da PROVIVER neste Conselho. O CRP pede para divulgar o
338 evento sobre a Oficina de Documentos Escritos Sob o Contexto da Assistência
339 Social, no dia 23 de Junho de 2016, das 14h às 18h na UNISANTOS, Campus
340 Dom Idílio. Finalizando, nós teremos o Encontro Regional da Assistência
341 Social da Baixada Santista, com o tema “Trabalho Social com Famílias:
342 desafios e possibilidades do fortalecimento dos vínculos familiares” que será
343 realizado no SENAC-Santos no dia 16 de Junho, das 8:30h às 11:00h. Foi
344 disponibilizada uma vaga para a Sociedade Civil e uma para a área
345 Governamental, no entanto, 7 Conselheiros nos retornaram com interesse.
346 Realizamos tratativas com a DRADS para levarmos todos e nos foram
347 autorizadas apenas 5 vagas. A nossa indicação inicial é a Ana Cláudia. Durante
348 a reunião, os Conselheiros entraram em acordo de participar a Leia, Beatriz,
349 Ana Cláudia, Silmara e Fernanda Sousa. O foco era somente para os gestores
350 dos órgãos públicos do desenvolvimento. **Assuntos gerais:** Ana Lúcia divulga
351 que na data de hoje será realizado o evento Destinação Criança com o
352 CMDCA no SESC-Santos a partir das 18h. O público tem a possibilidade de
353 ver os programas financiados pelo CMDCA e Fundo Municipal dos Direitos da
354 Criança e do Adolescente. O Fundo é fomentado pelos recursos de Pessoas
355 Físicas ou Jurídicas, que pode ser deduzido do Imposto de Renda. A Recita
356 Federal vai estar presente para explicar. Ressaltando que os novos projetos
357 aprovados em 2016 serão assinados neste evento junto com o Prefeito. A
358 Beatriz informa que o CAMPS está com as oficinas abertas de esporte, teatro e
359 música; as inscrições devem ser feitas pelo site do CAMPS:
360 www.camps.org.br. A Tainá informa que a próxima reunião do Forte de

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 07 / 2016

361 Trabalhadores será no dia 13 de Junho de 2016 na Sede do CRP que fica na
362 Rua Cesário Bastos nº 26, às 18:30h. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia
363 foi encerrada pela Vice Presidente Flávia Valentino
364 e eu Fernanda B. R. Braga , lavrei a presente ata, a qual se apresenta
365 assinada por mim e pela Vice Presidente, Flavia Valentino.
366

367

368 Flávia Valentino
369 Vice-presidente

Fernanda B. R. Braga
Assistente Social